

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.105 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

**Prioridade para irrigar Nordeste e Centro-Oeste pode ser mantida**



Mauro Miranda é o autor da emenda aprovada ontem

PÁGINA 3

**Aumentam penas contra exploração sexual de crianças e adolescentes**

Projeto, originário da Câmara dos Deputados, vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 3

## Comissão aprova PPA com gastos de R\$ 1,13 trilhão

Plano Plurianual dá ênfase a obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento, além de beneficiar as áreas de educação, esportes, irrigação e turismo



O senador Gilberto Mestrinho (terceiro da esquerda para a direita na mesa) preside a Comissão de Orçamento

Com uma previsão de gastos de R\$ 1,135 trilhão, o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) teve seu relatório aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Depois da apreciação dos destaques, prevista para a reunião de hoje da comissão, a matéria será submetida ao exame do Plenário do Congresso Nacional.

PÁGINA 7

### MUDANÇAS DO RELATOR

**Corredor Mercosul**  
Original: R\$ 178,7 milhões  
Aprovado: R\$ 430,8 milhões

**Corredor Nordeste**  
Original: R\$ 599,7 milhões  
Aprovado: R\$ 873,7 milhões

**Irrigação e drenagem**  
Original: R\$ 733 milhões  
Aprovado: R\$ 3,8 bilhões

**Renda mínima (educação)**  
Original: R\$ 800 milhões  
Aprovado: R\$ 1,68 bilhão

**Rodoanel de São Paulo**  
Original: R\$ 430 milhões  
Aprovado: R\$ 668,1 milhões

**Turismo no Nordeste**  
Original: R\$ 131,5 milhões  
Aprovado: R\$ 182 milhões

**Gastos totais**  
Original: R\$ 1,113 trilhão  
Aprovado: R\$ 1,135 trilhão

**R\$ 21,78 bilhões**

é o quanto a proposta do relator Renato Vianna acrescentou aos gastos previstos no PPA.



## GOVERNADORES PEDEM MAIS RECURSOS PARA SAÚDE, MAS DISCORDAM DA VINCULAÇÃO

Cinco governadores, um vice-governador e quatro prefeitos debateram ontem na Comissão de Justiça do Senado a proposta de emenda constitucional que assegura recursos mínimos para a saúde pública no país.

PÁGINA 7

Antonio Carlos Magalhães participou da audiência na CCJ, presidida por José Agripino, com a participação de Tasso Jereissati (D) e outros governadores



A Comissão de Assuntos Sociais decidiu ontem realizar audiência pública para discutir as mudanças na aviação civil

**CAS**

## SENADORES EXAMINAM PROPOSTA DE PISO SALARIAL

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai debater, a partir das 9h de hoje, o projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados.

PÁGINA 5

# CI examina requerimentos para convocar ministros

Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, falaria sobre concessão de área de blocos petrolíferos. Eliseu Padilha, a respeito da política de aviação civil

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, às 9h30, requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PDT-RS) para a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), David Zylbersztajn. Eles prestariam informações sobre o processo de licitação para concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos. Fariam também a respeito dos acordos internacionais relativos à troca de ativos da Petrobras. Além disso, se convocados, eles devem explicar, por requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a transferência de sede da empresa da cidade de Belém (PA) para Manaus (AM).

A senadora Emilia Fernandes está propondo ainda a realização de audiência pública com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, com o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, com o presidente do Sindicato



Jader Barbalho quer explicação sobre transferência de sede da Petrobras de Belém para Manaus



Geraldo Cândido é autor de requerimento para convocação do ministro da Ciência e Tecnologia

to Nacional das Empresas Aeroaviárias, Mauro Gandra, e com o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato. A intenção é que sejam discutidas as possíveis mudanças na política de aviação civil.

A CI irá examinar também o pedido do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para a convocação do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, do procurador da República do estado do

Maranhão, Nicolau Costa Neto, e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara (MA), Samuel Moraes. Juntamente com o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara (MA), Domingos Francisco Dutra Filho, e do antropólogo da Universidade Federal do Maranhão Alfredo Wagner Berno de Almeida, eles discutirão a política espacial brasileira, em especial o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

## Geraldo Melo recebe novo embaixador do Irã

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado, recebeu na manhã de ontem o novo embaixador do Irã no Brasil, Mansour Moazami, que está iniciando contatos formais com autoridades do Executivo e do Legislativo após ter entregue suas credenciais ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.



Geraldo Melo (D) recebe o novo embaixador do Irã, Mansour Moazami

No encontro, o embaixador iraniano destacou o interesse de seu país em estreitar relações comerciais e culturais com o Brasil, bem como ampliar o nível de informação da sociedade brasileira sobre

a realidade iraniana. O senador Geraldo Melo deu as boas-vindas ao diplomata e manifestou a confiança em que os dois países trabalharão para ampliar as relações bilaterais.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

11h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
12h30 — Recebe delegação do Partido Comunista da China

### PLENÁRIO

11h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Requerimento nº 281/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre o PR nº 56/2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Assuntos Sociais; PR nº 56/2000, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no equivalente até US\$ 505 milhões, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social — Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; PDL nº 134/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atenas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas (MG); PDL nº 186/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); PDL nº 51/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Espigão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espigão d'Oeste (RO); PLS nº 687/99, define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e tipifica novas condutas; e Requerimento nº 268/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 151 e 353, de 1999, por regulamentarem a mesma matéria.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 19/2000, autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22; e PLC nº 3/2000, dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

9h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Néri da Silveira, acerca da importância da eleição na consolidação da democracia, e com o secretário de informática do tribunal, Paulo César Bhering Camarão, a respeito da utilização da urna eletrônica, visando a orientar o PLS nº 194/99, que altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. *Plenário do Senado*

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); e os requerimentos nº 6/2000, do senador Pedro Simon e da senadora Emilia Fernandes, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre o processo de licitação para concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos; nº 7/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul e do presidente da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre acordos internacionais envolvendo a troca de ativos da Petrobras; nº 11/2000, do senador Jader Barbalho, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, e do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para prestarem informações sobre a transferência de sede da Petrobras da cidade de Belém para Manaus, com graves consequências econômicas para o estado do Pará; nº 12/2000, do senador Geraldo Cândido, solicitando audiência pública com o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg; o procurador da República do Maranhão, Nicolau Costa Neto; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes; o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Domingos Francisco Dutra Filho; e o antropólogo da Universidade Federal do Maranhão Alfredo Wagner Berno de Almeida, visando discutir a Política Espacial Brasileira, notadamente o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), e os problemas sociais existentes na região; e nº 13/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando audiência pública com os ministros dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha e da Defesa, Geraldo Quintão; com o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, brigadeiro Mauro Gandra, e com o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato, a fim de prestarem esclarecimentos sobre possíveis mudanças na política para a aviação civil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

### PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

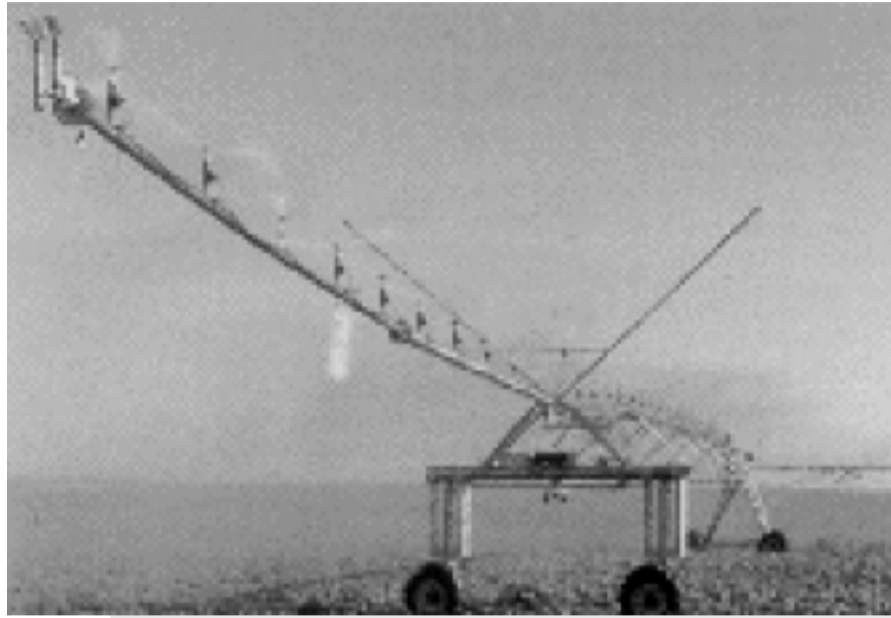
# Plenário mantém percentuais mínimos para irrigação

Senadores aprovam prorrogação por dez anos da prioridade hoje prevista em dispositivo constitucional para aplicação nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Matéria ainda será apreciada pela Câmara dos Deputados

Por 62 votos a um, foi aprovada ontem, pelo Plenário do Senado, a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que mantém por dez anos os percentuais hoje previstos na Constituição para serem aplicados em irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste. O objetivo do senador é garantir que o Nordeste continue com 50% e o Centro-Oeste com 20% dos recursos que a União destinar a esse setor. A matéria ainda deverá ser apreciada, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados.



Mauro Miranda considera importante assegurar a prorrogação desde já do dispositivo constitucional



Aplicações da União em irrigação devem ser feitas com prioridade para o Nordeste e o Centro-Oeste

Mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo constitucional que fixou esses percentuais, Mauro Miranda considera importante que o Legislativo aprove logo a prorrogação. Na sua avaliação, 11 anos depois dessa conquista, apesar de o Brasil ainda não ter obtido resultados ideais em irrigação, é inegável que a fixação de percentuais mínimos trouxe significativos resultados para a agricultura das regiões beneficiadas.

Esses percentuais foram incluídos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Autor do dispositivo aprovado na Assembléia Constituinte e da PEC examinada ontem pelo Senado, Mauro Miranda argumenta que a prorrogação do prazo por dez anos é vital para que projetos agrícolas de importância tenham retorno. Ele também disse que a não aplicação desses percentuais significará o aumento das dificuldades das populações do Nordeste e do Centro-Oeste.

Em defesa da proposta, Mauro Miranda apontou ainda o exemplo da região do Vale do São Francisco, em sua opinião valiosa experiência de agricultura com alta produtividade, qualidade e lucros crescentes, graças à irrigação.

## Três propostas que alteram o Fundef tramitarão em conjunto

Requerimento do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) para que tramitem em conjunto três projetos destinados a modificar a lei referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi aprovado ontem pelo Senado.

Autor do Projeto de Lei 83/00,

que objetiva esclarecer pontos obscuros da atual legislação, Luiz Pontes quer que esse texto tramite em conjunto com os projetos 126/00, de Paulo Hartung (PPS-ES), que altera a forma de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundef, e 67/00, de Ademir Andrade (PSB-PA), que visa a corrigir distorções por ele encontradas na lei.

## Senado acolhe indicações para embaixadas no Marrocos e no Egito

O Plenário do Senado aprovou ontem mensagem presidencial indicando o diplomata Lauro Barbosa da Silva Moreira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Aprovou também o nome de Celso Marcos Vieira de Souza para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Egito.

As duas decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

## Aprovada a renovação de concessões de duas emissoras

O Senado aprovou ontem dois decretos legislativos renovando as concessões outorgadas à Rádio Atlântica de Freqüência Modulada, de Cornélio Procópio (PR), e à Rádio Andradina, de Andradina (SP). O Bloco Oposição se absteve de votar as duas renovações, exceto o senador Tião Viana (PT-AC). As decisões

do Plenário agora vão à promulgação.

Na mesma sessão, a Mesa comunicou que a votação do decreto legislativo que extingue a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una, de São Bento do Una (PE), seria transferida para a sessão de hoje.

## Projeto que pune exploração sexual de menores vai à sanção

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que inclui, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo destinado a punir com quatro a dez anos de reclusão quem submeter criança ou adolescente a prostituição ou a exploração sexual. Pelo projeto, que vai agora à sanção, incorrem na mesma pena o proprietário, gerente ou responsável pelo local em que se verificar essa exploração.

A condenação por esse crime, dispõe o projeto, terá como efeito também a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento em que se verificar o delito. De autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), o projeto visa a adequar a legislação brasileira à Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, e proporcionar a adequada proteção às crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual.

Em defesa da aprovação da matéria, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que o Brasil ainda não puna com o devido rigor os que abusam sexualmente de crianças. "Essa proposição é de fundamental importância porque acresce artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a tipificar como crime essa prática delituosa e maldita na vida de milhões de crianças e adolescentes do nosso país", argumentou.



Roberto Freire aponta lacuna no Estatuto da Criança e do Adolescente

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou, em seu parecer, que, apesar de o Estatuto da Criança normatizar os tipos penais cometidos contra os menores, não inclui as previsões que tipificam os delitos associados à prostituição ou à exploração sexual.

Ele explicou que o Código Penal prevê o agravamento da pena, qualquer que seja o delito, se a vítima for criança, velho, enfermo ou mulher grávida, em razão da inferioridade defensiva dessas pessoas. Mas observou que esse mesmo código não trata especificamente da exploração sexual de menores, no sentido de protegê-los. Daí por que considerou evidente a lacuna no Estatuto da Criança e do Adolescente, que, por ser lei especial, tem primazia sobre o Código Penal.

# Plenário discute empréstimo para a Previdência

Operação, que prevê a contratação de um financiamento de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial, passou a ser questionada depois que representante do governo afirmou que o dinheiro seria destinado ao pagamento da dívida pública

Antes de decidir se autoriza o governo a contrair empréstimo de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial, o Plenário votará requerimento, na sessão de hoje, da senadora Heloísa Helena (PT-AL) em favor do adiamento da deliberação.

Ela quer que a mensagem presidencial, já apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também seja examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Se autorizado pelo Senado, o empréstimo será concedido na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil. Está na Ordem do Dia para ser decidido em regime de urgência, embora possa ser objeto de emendas até o encerramento da discussão.

Em sua mensagem, o governo diz que a finalidade da operação é apoiar as medidas adotadas para manter o nível de despesa e investimento público na área social, no contexto de contração da atividade econômica. Mas a oposição argumenta

que o financiamento se presta ao pagamento da dívida externa.

O assunto foi tema de audiência pública, no último dia 16, na CAE, que ouviu o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru de Paiva. Ele reconheceu que os recursos destinam-se a cobrir despesas relativas à dívida pública.

Na ocasião, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou como "fraudulenta" a mensagem presidencial que propõe a operação. Já o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), argumentou que os recursos já foram aplicados na reforma da Previdência e que a operação, na verdade, faz parte do contrato de empréstimo global – no valor de US\$ 42 bilhões – aprovado pelo Congresso ano passado para garantir a solvência fiscal do país. "É preciso ficar claro que o governo já empreendeu essas ações", garantiu o senador.

## CRIMES DE JUÍZES

Ainda hoje, o Senado vota, em

turno suplementar, o projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados e altera o Código Penal para dispor sobre as sanções aplicáveis a quem enriquecer ilícitamente no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública.

O projeto é um dos cinco decorrentes das conclusões da CPI do Judiciário, da qual Paulo Souto foi relator, e ainda precisa ser votado na Câmara dos Deputados, antes de entrar em vigor.

O texto aprovado é um substitutivo elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os senadores votam ainda decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Rádio Atenas, de Alfenas, em Minas Gerais; Rádio Eldorado, de São Paulo, em São Paulo; e Rádio Sociedade Espigão, de Espigão d'Oeste, em Rondônia.

## Encaminhados à Câmara dois projetos que ampliam atendimento do SUS à população

A Mesa do Senado enviou na última terça-feira à Câmara dos Deputados dois projetos de lei aprovados no início de maio, em caráter terminativo, pelos senadores que integram a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ambas as proposições ampliam o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) à população. Se forem aprovadas sem modificação pela Câmara, seguirão para sanção presidencial.

De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), com substitutivo do senador Sebastião Rocha

(PDT-AP), um dos projetos obriga o SUS a realizar cirurgias para redução de estômago (gastrectomia parcial) em pessoas que sofrem de obesidade mórbida (causada por disfunção hormonal ou em algum órgão).

A proposta determina ainda que o SUS deverá oferecer assistência integral na prevenção e tratamento da obesidade originada por outras causas, como má conduta alimentar ou problemas psicológicos.

O outro projeto, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), prevê o ressarcimento, pelas dire-

ções regionais do Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico ou serviço integrante da rede pública de saúde, e que não estejam disponíveis nas farmácias próprias, contratadas ou conveniadas ao sistema SUS.

O projeto, que deverá trazer grandes benefícios para portadores de diabetes, hipertensão e outras doenças crônicas, prevê que o SUS estabelecerá normas e parâmetros que deverão ser aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde.



Heloísa Helena propõe que o pedido de empréstimo seja examinado pela CAS

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2000

**1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 62 Não: 01 Abst.: 00 Total: 63. À Câmara dos Deputados.

**2**

Mensagem nº 71, de 2000. Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (relator: senador Mauro Miranda) sobre a Mensagem nº 71, de 2000 (nº 182/2000, na origem), referente à escolha do senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 57 Não: 10 Abs.: 01 Total: 68. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**3**

Mensagem nº 104, de 2000. Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (relator: senador Carlos Wilson), sobre a Mensagem nº 104, de 2000 (nº 579/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor *Celso Marcos Vieira de Souza*, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 55 Não: 09 Abs.: 02 Total: 66. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**4**

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999. Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. A matéria vai à sanção.

**5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996. Renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica FM, de Cornélio Procopio (PR).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**6**

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999. Renova a concessão da Rádio Andradina OM, de Andradina (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**7**

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999. Aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Una (PE).

**Resultado:** Adiada a votação para a sessão desta quinta-feira.

**8**

Requerimento nº 267, de 2000. Senador Luiz Pontes. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 67, 83 e 126, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

**Resultado:** Aprovado. Os PLS nºs 67, 83 e 126, de 2000, passam a tramitar em conjunto e vão às comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Lido e aprovado requerimento solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 55, de 2000 (MSF nº 78/2000), que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares dos Estados Unidos da América e vinte centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris (BNP), destinados ao financiamento de importação de oito helicópteros Cougar e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.

O Projeto de Resolução nº 55, de 2000, constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 6.6.2000.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

O debate e as votações  
do vivo

e o melhor da Música Popular Brasileira



A Rádio Senado transmite, ao vivo, as sessões do plenário e as reuniões das comissões permanentes e especiais. Nos intervalos, o melhor da música popular, cultura e informação.



91,7 fm

Receba o sinal da Rádio Senado pela Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

# Emilia quer definição sobre cooperativa de mão-de-obra

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, senadora cobra do governo uma atitude mais clara quanto à regulamentação desse tipo de entidade, que, segundo ela, “alguns chamam de cooperfraude”

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) cobrou uma atitude mais clara do governo em relação à regulamentação das cooperativas de mão-de-obra. A manifestação foi feita ontem, durante audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para instrução do projeto de lei da Câmara dos Deputados que revoga o artigo da CLT responsável pela regulamentação do assunto. Algumas dessas cooperativas vêm sendo acusadas de funcionar apenas como fachada, burlando o vínculo empregatício. Emilia acusou o governo de ser ambíguo quanto à possibilidade de estarem sendo retirados direitos adquiridos de milhares de trabalhadores.

— Qual a posição do governo? É a favor ou contra essas cooperativas, que alguns chamam de cooperfraude? — questionou, salientando que os programas que o governo anunciou para as cooperativas produtivas ainda não saíram do papel.



Audiência pública da CAS visou à instrução de projeto de lei da Câmara dos Deputados que modifica a CLT

A senadora defendeu a aprovação do projeto que revoga o parágrafo único do artigo 422 da CLT, de autoria do deputado Aloísio Nunes Ferreira, atual secretário-geral da presidência da República. Esta também é a posição do

senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da matéria.

Cândido afirmou que a mudança na CLT para permitir a criação de cooperativas de mão-de-obra “abre a porta para que os bóias-frias se espalhem também pelas

idades deste país”. Ele admitiu que o próprio PT chegou a “estudar o assunto para tentar melhorá-lo”, mas concluiu que isso seria inútil.

O ponto de vista dos senadores foi respaldado pela afirmação do

representante do Ministério do Trabalho, Marcelo Gonçalves Campos. Para ele, “a fraude envolvendo cooperativas de mão-de-obra é regra e não exceção”. Campos também defendeu as cooperativas de produção, ressaltando que se diferenciam das cooperativas de mão-de-obra, porque nas primeiras os próprios associados detêm os meios de produção, e nas outras o trabalhador só aluga sua força de trabalho.

O representante da Procuradoria do Trabalho, Ricardo Fonseca, assegurou que a Organização Internacional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e as centrais sindicais já se posicionaram contra o artigo 442 da CLT. O representante da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho, Eduardo Castelo Paruker, e o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Marcelo Mauad, também defenderam o fim das cooperativas de mão-de-obra.

## Jonas sugere substitutivo e legislação específica

Durante a audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais para debater projeto que mantém com os empregadores o ônus de provar que não existe vínculo empregatício, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) propôs a adoção de um substitutivo que mantenha a inexistência de vínculo entre cooperativados e tomadoras de serviço de cooperativas, e pleiteou a alteração da Lei nº 5.764/71, que rege as cooperativas, com a inserção de um capítulo específico sobre cooperativas de trabalho.

Para o representante das Organizações de Cooperativas Brasileiras (OCB), Santo Antônio Dezordi, será inútil qualquer iniciativa que impeça a formação de cooperativas de

mão-de-obra, porque essa é uma tendência mundial. “Essas cooperativas representam uma opção eficiente para a criação de novos postos de trabalho”, afirmou, pedindo tolerância para aperfeiçoar o processo de funcionamento e fiscalização.

De acordo com a representante da Federação das Cooperativas de Trabalho, Rozani Holler, o cooperativismo de trabalho representa uma saída para o desemprego. Holler creditou ao avanço tecnológico e à globalização as mudanças nas relações de trabalho. “Não defendemos cooperativas que atuam de forma fraudulenta, mas queremos a manutenção desse dispositivo e a normatização imediata do setor”, cobrou.

## CAS debate hoje adoção de piso salarial diferenciado pelos estados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai promover reunião extraordinária hoje, às 9h, para discutir o projeto de lei que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir pisos salariais diferenciados. Como a matéria tramita em regime de urgência, o presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), decidiu apressar sua apreciação, após conceder vista, por 24 horas, à senadora Heloísa Helena (PT-AL).

De iniciativa da Presidência da República, a proposta pretende conceder aos estados e ao Distrito Federal o poder de instituir, mediante lei do Poder Executivo, salário mínimo para os

empregados, incluindo os domésticos, sem piso definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Essa faculdade só não poderá ser exercida no segundo semestre do ano em que ocorrer elei-

ção para governador e deputados estaduais e distritais, bem como em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

Durante reunião ordinária realizada ontem, a CAS também aprovou requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que solicita audiência pública conjunta com as comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir mudanças na política nacional de aviação civil. O

evento deve contar com a participação do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, do presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Mauro Gandra, e do presidente da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagimar Fochesato.

A senadora gaúcha está preocupada com a entrada de companhias aéreas norte-americanas no mercado nacional, gerando uma “concorrência desleal” com as operadoras brasileiras.



Osmar Dias, presidente da CAS, quer apressar a apreciação da matéria, que tramita em regime de urgência

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

**Participe!**  
Não custa nada para você,  
vale muito para o país.

Ligue! **0800 612211**

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCLAS

**A VOZ**

# Conselho vota dia 14 pedido de cassação de Estevão

A íntegra do relatório e o voto de Jefferson Péres, que recomendam punição do senador do DF por quebra de decoro parlamentar, foram lidos durante reunião com a presença de vários parlamentares

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), marcou para o dia 14 de junho a votação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que recomenda a cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar. A íntegra do relatório e o voto do relator foram lidos durante reunião realizada ontem com a presença de todos os integrantes do conselho e de vários outros senadores.

Tebet esclareceu que o prazo dado – de dez dias úteis – destina-se à defesa do senador acusado e está previsto pela Constituição e pelo Regimento Interno do Senado. Neste período, acrescentou, todos os senadores terão oportunidade de consultar a íntegra do processo – que ficará na secreta-



Vários senadores compareceram à reunião do Conselho de Ética em que foi lido o relatório do relator, Jefferson Péres

ria do conselho, pois é composto por mais de 2.300 páginas.

– Nós não vamos deixar nenhuma dúvida quanto às oportunidades de defesa do acusado. Todos os regimes democráticos de direito e até os ditatoriais garantem o

direito à defesa do réu. Também não queremos permitir futuros pedidos de nulidade das nossas decisões por não havermos cumprido os requisitos regimentais – declarou Tebet.

O processo contra o senador ori-

ginou-se de representação oferecida pelos partidos de oposição que citam o relatório final da comissão parlamentar de inquérito apontando a participação de empresas de Luiz Estevão em um esquema de superfaturamento das obras do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu vista do processo e disse que, apesar de concordar com o prazo concedido pelo conselho para defesa do acusado, o procedimento não está totalmente amparado pela resolução que define o funcionamento do colegiado e poderia ser questionado com base em outros preceitos regimentais. “A partir desse processo poderemos estabelecer um critério permanente do número de dias que o acusado

deve ter nesses casos.”

Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que, em sua opinião, os fatos recentemente noticiados pela imprensa e relacionados com a representação contra Estevão deveriam ser anexados ao processo para que os senadores e a defesa possam tomar conhecimento do teor das novas denúncias.

Após a votação do relatório no Conselho de Ética, o parecer, sob a forma de um projeto de resolução, será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para avaliação dos aspectos jurídicos e constitucionais. O prazo para análise pela CCJ é de cinco sessões ordinárias. A decisão final caberá ao Plenário da Casa.

## Jefferson Péres aponta “desvios éticos”

A conclusão do relatório do senador Jefferson Péres recomendando a cassação do mandato do senador Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar aponta a existência de indícios ligando o senador à prática de “desvios éticos”, principalmente no caso da construção da obra superfaturada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho.

– Existem fortes indícios de que o representado envolveu-se em ilícitos penais de diferentes tipos que motivaram inquéritos e denúncias de iniciativa do Ministério Público, com ampla repercussão nos meios de comunicação e graves danos à reputação e à imagem pública do senador – afirma Jefferson Péres no documento.

Segue-se a isso a consideração do relator de que Estevão estaria, assim, impossibilitado de ocupar postos de direção e exercer funções de relevância no Senado, “em face da reação que provoca e do constrangimento que causa nos demais senadores”.

Quanto à argumentação de que os ilícitos cometidos por Estevão não deveriam ser julgados pelo Senado por terem sido praticados antes do início do mandato, Jefferson Péres sustenta que, dependendo da gravidade das ações realizadas



Jefferson aponta “graves danos” à reputação e à imagem pública de Luiz Estevão

pelo parlamentar no passado, elas podem interferir no exercício do mandato e ser consideradas incompatíveis com a dignidade da Casa legislativa.

### DOCUMENTOS

Jefferson Péres afirma ainda em seu relatório que, em função dos documentos apresentados por Estevão não contarem registro público, eles não puderam comprovar, junto à CPI do Judiciário, a isenção do Grupo OK – de que Estevão é proprietário – nas negociações para as obras do TRT.

O relator também considerou “comprometedora e estranha” a atitude do senador, que teria solicitado recursos, em janeiro de 1999, junto ao deputado João Fassarela (PT-MG), à época relator-adjunto do Orçamento, para a construção do

referido prédio.

Ele ainda citou o episódio em que Luiz Estevão teria pressionado, com ameaças, os funcionários da CPI por suspeitar de que eles deixaram vaziar informações restritas à comissão. “A inconformação é compreensível, mas a maneira como escolheu para demonstrá-la foi imprópria. Da forma como fez, o representado defendeu-se de um abuso de confiança cometendo abuso de poder.”

Jefferson ainda esclareceu que cabe ao conselho o exame do caráter moral e ético da representação; à CCJ, o julgamento dos aspectos jurídicos da representação, e ao Plenário restará o pronunciamento político sobre a causa, “a partir das conveniências partidárias e de interesse da instituição”.

Estevão afirma que o relatório não apresenta qualquer fato novo



## Senador garante que já foi inocentado dos fatos

O senador Luiz Estevão contestou as conclusões e o pedido de cassação de seu mandato parlamentar constantes do relatório do senador Jefferson Péres. Ele afirmou que o texto não apresenta nenhum fato novo aos já conhecidos pelos senadores na época das conclusões da CPI do Judiciário e refere-se a ações civis públicas que já foram julgadas e das quais ele foi inocentado.

Estevão, que esteve presente durante toda a reunião realizada na manhã de ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, acompanhado de seus advogados, reclamou que o relatório esteja baseado em um processo que tramita no Ministério Público e que, segundo ele, também não contém provas.

O presidente do partido de Estevão, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), também presente à reunião, pediu a leitura integral do relatório e sugeriu que o relator incluísse e emitisse novo

parecer analisando os documentos recentemente entregues pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao Conselho de Ética. Se assim fosse feito, novos prazos seriam dados, tanto para o relator quanto para a defesa. Jefferson disse que apenas anexaria os documentos e que deixaria para os senadores a avaliação dos novos documentos.

Luiz Estevão afirmou, em entrevista à imprensa, que não tem intenção de renunciar ao mandato e que continuará desmentindo todas as acusações feitas contra ele. Questionou também a imparcialidade do relator, lembrando que Jefferson pertence aos quadros de um dos partidos que ofereceu representação contra ele, o PDT.

À saída da reunião, houve desentendimentos entre manifestantes favoráveis e contrários à cassação de Estevão. Referindo-se às pessoas que gritavam palavras de ordem contra ele, o senador disse que elas não representavam os 460 mil eleitores que votaram nele.

# Comissão de Orçamento aprova Plano Plurianual

Relatório final elevou os recursos do PPA 2000/2003 de R\$ 1,113 trilhão para R\$ 1,135 trilhão. Hoje devem ser votados os destaques e depois a matéria será apreciada pelo Plenário do Congresso Nacional

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso aprovou ontem o relatório final do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) relativo a 2000/2003. O texto original previa gastos de R\$ 1,113 trilhão, mas o substitutivo aprovado elevou os recursos para R\$ 1,135 trilhão. Somente depois de a comissão votar os destaques, em reunião prevista para hoje, é que o relatório será submetido à apreciação do Plenário do Congresso Nacional. O Bloco Oposição votou contra o relatório.

O relator-geral do PPA, deputado Renato Vianna (PMDB-SC), informou que, do montante de R\$ 1,113 trilhão (proposta original do Executivo), R\$ 741 bilhões serão destinados aos orçamentos fiscal e da seguridade social. Ele acrescentou que somente as chamadas despesas correntes – incluindo pagamento de pessoal, pagamento da dívida e transferência de fundos para estados

e municípios – irão consumir R\$ 690 bilhões dos R\$ 741 bilhões previstos.

O Plano Plurianual dá ênfase para as obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento, além de beneficiar as áreas de educação, esporte, programas de irrigação, drenagem e estímulo ao turismo.

O PPA reserva para as instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) a quantia de R\$ 96 bilhões, e R\$ 117 bilhões para as estatais. Ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e despesas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estão assegurados R\$ 32 bilhões.

O relator destacou a dotação orçamentária para algumas obras, consideradas relevantes por ele, como o Rodoanel de São Paulo (R\$ 668,1 milhões); o Corredor do Nordeste (R\$ 873,7 milhões); e o Corredor do Mer-

cosul (R\$ 430,8 milhões). O estímulo ao turismo no Nordeste terá R\$ 182 milhões, enquanto os programas municipais de garantia de renda mínima terão dotação de R\$ 1,68 bilhão até 2003.

A oposição protestou contra a aprovação do relatório final por entender que o PPA está atrelado aos interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o deputado João Cóser (PT-ES), o Plano Plurianual 2000/2003 “sacrificou” os in-



Deputados Átila Lins e Renato Vianna com o senador Gilberto Mestrinho, presidente da Comissão de Orçamento, na reunião que aprovou o relatório final do PPA

vestimentos públicos brasileiros, principalmente na área social.

Mas, na visão do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), o projeto aprovado pela Comissão de Orçamento “é um exemplo de autonomia” do Legislativo brasi-

leiro. Ele enalteceu o trabalho do relator, que, segundo afirmou, ouviu todas as correntes políticas, abrindo espaço para ampla manifestação, e negou a interferência do FMI nos trabalhos da comissão.

## Governadores pedem mais verbas para saúde, mas divergem sobre vinculação

Os governadores e prefeitos que compareceram ontem à audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a proposta de emenda constitucional que assegura recursos mínimos para a saúde concordaram com a necessidade de destinar mais verbas ao setor, mas discordaram em relação à vinculação prevista pela proposta.

De acordo com a PEC, que tem parecer favorável da CCJ e será votada em dois turnos pelo Plenário, uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, pelos estados

e pelos municípios. Até a aprovação dessa lei, a União aplicaria, no ano 2000, 5% a mais do que em 1999, e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto. Os estados e o Distrito Federal teriam de aplicar em saúde 12% da sua arrecadação, enquanto os municípios destinariam ao setor 15% de seus recursos próprios.

Os governadores contrários à proposta afirmaram que ela contraria o pacto federativo e asfixia as finanças estaduais, pela vinculação obrigatória de recursos. “Não discutimos a oportunidade e necessi-

dade de aumento imediato de gastos com saúde, mas questionamos se a vinculação é o mecanismo mais adequado”, disse o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Para ilustrar sua posição, o governador da Paraíba, José Maranhão, recorreu aos números. Caso seu estado gaste 44% dos recursos com pessoal (excluídos os servidores das áreas de educação e saúde), 6% com custeio, 15% com rolagem da dívida, 25% com educação – como prevê a Constituição – e 12% com saúde, estarão comprometidos 102% das verbas. “O engessamento dos estados atenta contra

o princípio federativo”, criticou.

O governador da Bahia, César Borges, disse que a fixação de percentuais a serem cumpridos pelos estados compromete a autonomia das unidades da Federação. “Dentro em breve não precisaremos mais de governadores ou assembleias legislativas, pois tudo será fixado por Brasília”, alertou. O governador do Piauí, Francisco de Assis, fez um apelo aos senadores. “Encontrem uma fórmula de apoiar a saúde sem desequilibrar os estados”, pediu.

A vinculação de receitas para a saúde foi defendida pelo governador do Pará, Almir Gabriel. Ele in-

formou que o estado já destina ao setor 12% de seus recursos e que não ficou desequilibrado por isso. Contestou também o argumento de que a PEC contraria a Federação. “Meu estado não se sentirá menos autônomo com a aprovação da proposta”, garantiu. O vice-governador do Acre, Edson Simões Cadaxo, leu uma carta do governador Jorge Viana favorável à PEC. Também apoiaram a proposta quatro prefeitos que compareceram à comissão: Firmino Filho, de Teresina; Célio de Castro, de Belo Horizonte; Luis Paulo Veloso Lucas, de Vitória; e Paulo Santana, de Camaragibe (PE).



Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (entre o governador do Piauí, Francisco de Assis, e o presidente da CCJ, José Agripino), assistiu à audiência

### Para Valadares, PEC é “até conservadora”

O relator da PEC que vincula recursos para a saúde, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que ela “é flexível, conciliadora e, de certo modo, até conservadora”, frente aos dados enviados por tribunais de contas de vários estados e municípios. Ele e os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) lamentaram que a maioria de governadores e prefeitos que estiveram na CCJ não tenham podido debater com os senadores.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), ressaltou

que governadores e prefeitos fizeram grande esforço para trazer suas contribuições e determinou a publicação dos argumentos a favor e contra a PEC, para subsidiar a decisão do Plenário do Senado.

Conforme Valadares, muitos municípios já aplicam em média 16% de suas receitas em saúde. Para ele, a reação à PEC estaria vindo dos estados, que alocam a média de 8%.

Roberto Freire contestou alguns dos argumentos contrários à PEC. Na sua opinião, a vinculação não é inconstitucional. Quanto a ser uma determinação rígida de prio-

riedade, concordou, mas observou que, “infelizmente, o Brasil não tem tido administradores que primam pela boa definição de prioridades. Sem vinculação, não há prioridade alguma”.

Sérgio Machado (PSDB-CE) reafirmou sua posição favorável à PEC, qualificando-a como “grande avanço”, enquanto Paulo Hartung (PPS-ES) avaliou que as duas reuniões promovidas pela CCJ com governadores e prefeitos deram subsídio adequado à formação de opinião por parte dos senadores.

# Brindeiro nega ter retardado ações sobre precatórios

Procurador-geral da República esclarece em audiência na Comissão de Justiça as medidas tomadas para que as denúncias da CPI que funcionou no Senado em 1997 sejam efetivamente analisadas pela Justiça

Em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, rebateu conteúdo de reportagem da *Folha de S. Paulo* de que estaria “retardando e desvirtuando” o andamento de processos que apuram responsabilidades no escândalo dos precatórios. Ele também esclareceu as medidas tomadas pela Procuradoria-Geral da República para que as denúncias da CPI dos Precatórios sejam efetivamente analisadas pela Justiça.

Brindeiro leu ofício assinado pelo subprocurador-geral Edinaldo Borges, coordenador da Câmara Criminal da PGR. O documento afirma que a decisão de encaminhar as conclusões da CPI para instauração de inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) — o que supostamente retardaria o processo —, em vez de optar por apresentar denúncia contra os envolvidos, não foi do procurador-geral, mas da Câmara Criminal. Os processos envolvem os ex-governadores de Pernambuco, Miguel Arraes; de Alagoas, Divaldo Suruagy; e de Santa Catarina, Paulo Affonso, além de Eduardo Campos (ex-secretário de Fazenda de Pernambuco) e empresários.

O ofício explica ainda que a de-

cisão de solicitar que os processos referentes a precatórios sejam analisados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi tomada por quatro subprocuradores e o ofício foi encaminhado por Brindeiro àquela corte. Como consequência, o ministro do STF, Ilmar Galvão, concedeu liminar, suspendendo as ações em andamento em Pernambuco, onde foi montado esquema de emissão irregular de títulos públicos, e no Rio de Janeiro, onde os papéis foram negociados, envolvendo o Banco Vector e a mesa de operações do Bradesco no estado.

No entendimento da PGR, disse Brindeiro, os processos de Pernambuco devem correr no STF, pois envolvem o ex-secretário da Fazenda, Eduardo Campos, que hoje é deputado federal e, por isso, tem foro privilegiado. Caso o STF não concorde com essa interpretação, disse o procurador-geral, o processo deverá tramitar na Justiça Federal de Pernambuco, e não na do Rio de Janeiro. Essa visão contrasta com aquela defendida por procuradores da República no Rio de Janeiro de que os processos são independentes e que devem correr na comarca em que os supostos crimes aconteceram.

## Simon questiona a decisão de juntar processos de dois estados

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento que resultou na ida de Brindeiro à CCJ, leu texto que analisa o andamento dos processos e aponta atrasos considerados desnecessários no encaminhamento dos processos decorrentes das conclusões da CPI dos Precatórios pelo Ministério Público. Simon quis saber por que o processo foi desmembrado inicialmente e, depois, juntadas as ações que corriam na Justiça Federal do Rio de Janeiro e na Justiça de Pernambuco. Segundo o procurador-geral, os crimes relacionados a precatórios envolvem um só esquema, com ramificações nos estados.

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) declarou que durante os trabalhos da comissão o Ministério Público ofereceu apoio “ostensivo” e parceria nas investigações. “Não posso imaginar que a Procuradoria este-

ja, hoje, procrastinando o processo e seu desenlace no Poder Judiciário”, afirmou Requião.

O senador pelo Paraná solicitou ao presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), que peça ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que envie ofício ao STF solicitando prioridade no julgamento do mérito da ação movida pela PGR questionando qual o fórum competente para julgar os processos sobre precatórios.

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a audiência na CCJ foi “uma vitória” de Brindeiro, pois atendeu ao convite e esclareceu que as afirmativas feitas pelo jornal não são verdadeiras. “O seu conceito pessoal não sai arranhado desse episódio em que tentaram envolvê-lo”, afirmou Cabral, que recebeu o apoio dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Iris Rezende (PMDB-GO). O presidente da CCJ afirmou que Brindeiro demonstrou lisura e isenção.



Geraldo Brindeiro (E) fala durante reunião da CCJ, presidida pelo senador José Agripino

## Procurador ouve apelo contra impunidade

Durante a audiência do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, na CCJ, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o Ministério Público dê prioridade às conclusões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) realizadas no Congresso Nacional. Simon lamentou o sentimento de impunidade que reina no país, listando denúncias que até hoje não chegaram a conclusões ou aos culpados.

— O que precisamos fazer para que o Brasil não seja o país da impunidade, para que as coisas aconteçam? — questionou Simon a Brindeiro, por considerar que as punições ficam aquém do necessário.

Na avaliação do senador, as CPIs avançam nas investigações, mas terminam em frustração, pois elevam a expectativa da sociedade. Simon entende que, por não poderem determinar punições, as CPIs deixam uma sensação de va-



Simon citou denúncias não apuradas ou sem providências concretas

zio, sem resultados concretos.

Ele lembrou que as denúncias apuradas pela CPI que investigou o governo do ex-presidente Fernando Collor levaram à cassação do presidente, mas nada mais foi feito. Da mesma maneira, a CPI do Orçamento, afirmou, cassou alguns “anões” (parlamentares envolvidos em corrupção), mas a punição não foi adiante. Outros casos que, na opinião de Simon, “ficaram parados” são as denúncias de favorecimento da empresa norte-americana Raytheon para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), de compra de votos para aprovação da emenda constitucional da reeleição, de irregularidades contidas na chamada “Pasta Rosa”, do dossiê de contas de políticos do PSDB nas Ilhas Cayman e de fraude nos bingos e na importação de caça-níqueis. A CPI dos Bancos, recordou, também acusou de irregularidades o ex-presidente do Banco

Central Francisco Lopes e a atual diretora Teresa Grossi.

O senador convidou o procurador-geral a se tornar parceiro em um amplo programa nacional que encontre soluções para o combate à impunidade. Brindeiro disse que tem uma visão “mais otimista” que Simon, pois, nos últimos anos, estão sendo tomadas providências, como novas leis, a exemplo da que definiu o crime de lavagem de dinheiro, que possibilitam a punição.

O procurador-geral destacou ainda a ação do Ministério Público e seus procuradores, que têm conseguido a condenação de criminosos na Justiça. Brindeiro e Simon concordaram que, no entanto, é preciso ir além, aprimorando a eficiência e o entrosamento das ações de órgãos do Executivo, como a Polícia Federal, do Ministério Público, do Legislativo, por meio das CPIs e da modernização das leis, e do Judiciário.

Simon citou o sucesso da Operação Mãos Limpas, empreendida por autoridades dos três Poderes na Itália, como uma iniciativa que deve ser tomada como um ensinamento no Brasil para pôr fim à corrupção.

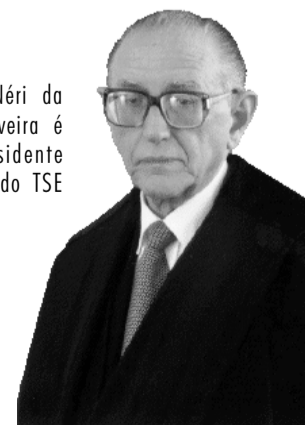
## Néri da Silveira fala sobre eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje, a partir das 9h30, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Néri da Silveira, que vai falar sobre a importância das eleições na consolidação da democracia.

Na mesma reunião, o secretário de Informática do TSE, Paulo César Bhering, vai abordar a utilização da urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro. A presença dele na CCJ tem por finalidade instruir projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que pretende ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

A reunião da CCJ ocorrerá no Plenário da Casa.

Néri da Silveira é presidente do TSE





# Marina: Brasil tem 43 milhões de pobres

Segundo levantamento realizado pelo Banco Mundial, dois bilhões de pessoas em todo o mundo vivem com menos de 1 dólar por dia. Para a senadora, é necessário o desenvolvimento de políticas de inclusão

Ser pobre é não ter paz, não ter felicidade e sentir fome. Essa foi a definição dada pela maioria das 60 mil pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia, entrevistadas em 50 países para pesquisa do Banco Mundial. Os dados foram divulgados ontem no Plenário pela senadora Marina Silva (PT-AC). Segundo o Banco Mundial, 2 bilhões de pessoas vivem nessas condições no mundo; 43 milhões delas estão no Brasil.

A pesquisa foi apresentada terça-feira última em evento, do qual a senadora participou, promovido pela instituição. Segundo Marina, o objetivo da pesquisa é dar voz aos pobres e questionar as pessoas sobre como lidam com a situação. “O resultado da pesquisa traz à tona a dor psicológica, os medos, fragilidades emocionais e a forma como as pessoas se adaptam a eles”, afirmou Marina Silva.

Entre os principais pontos apontados pelos entrevistados e citados pela senadora estão a de-



Para a senadora Marina Silva, programas de bolsa-escola podem ajudar a combater a pobreza do futuro

sigualdade na distribuição do poder e da voz, a não contestação do poder por medo de arriscar-se e a experiência permanente do insulto, da rejeição e da humilhação como rotina de vida. Para os entrevistados, as instituições mais importantes são as religiosas, as não-governamentais, as ligadas aos serviços de saúde e à educação e as prefeituras. No Brasil, as

instituições de maior importância apontadas, divulgou a senadora, foram a Igreja Católica e as associações de bairro.

A pesquisa indica ainda que o único patrimônio do pobre é o próprio corpo. Conseqüentemente a maior preocupação das pessoas é com sua segurança pessoal e saúde. “E são pessoas completamente expostas à criminalidade”, destacou a senadora.

Marina Silva apontou também a importância de relacionar essas informações, que tratam apenas do fenômeno e não de suas causas, com as políticas e ações governamentais que as geram. A senadora defendeu a necessidade de os países em desenvolvimento terem políticas voltadas para a inclusão social. Marina disse também ser favorável à proposta do ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque para que os países em desenvolvimento troquem parte de suas dívidas externas por programas de bolsa-escola. “Assim combateremos a pobreza do futuro”, concluiu.

## Hartung apresenta propostas do PPS para combater a violência

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou ontem as propostas de seu partido para combater a violência. Na opinião do senador, o país precisa munir-se de um sistema de informações criminais de caráter nacional, que permita às instituições oficiais e à própria sociedade acompanhar as investigações e o julgamento de crimes. Para Hartung, a utilização das Forças Armadas no combate à violência pode até causar alívio temporário à população, mas não resolverá o problema.

— O chamado Plano de Segurança Nacional, anunciado recentemente pelo governo federal, é um elenco de medidas tímidas, que não atendem aos anseios imediatos do cidadão por mais segurança pública — considerou Hartung.

As soluções para a violência terão de incluir ainda, na opinião de Hartung, o combate à corrupção. Ele explicou que organizações criminosas penetram nas institui-

ções, ou delas se apoderam, para prosperar e ficar impunes. O senador lembrou ter apresentado projetos — “todos tramitando lentamente” — prevendo mecanismos de repressão ao tráfico de influência, à corrupção, ao nepotismo e ao narcotráfico.

Entre as propostas do PPS está também o aperfeiçoamento das leis sobre lavagem de dinheiro e crime organizado. O partido também apóia a aprovação da proposta de emenda constitucional, de autoria do Executivo, que prevê a transferência da apuração e julgamento de certos tipos de crime da esfera estadual para a federal. Hartung ressaltou ainda a importância de se acabar com a imunidade parlamentar “na sua forma atual” e da criação de força tarefa composta por representantes de diversas instituições como a Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central.

Em aparte, o senador Leomar



Na avaliação de Hartung, o Plano Nacional de Segurança compõe-se de medidas tímidas

Quintanilha (PPB-TO) considerou fundamental a reestruturação e o reaparelhamento do sistema repressivo. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lembrou que é autor de requerimento propondo a criação de comissão mista destinada a analisar e sugerir saídas para a violência. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou que não haja uma política efetiva de combate ao crime e concordou com Hartung em que a corrupção estimula os criminosos.



Heloísa Helena insiste para que o ministro do Planejamento receba os grevistas

## Heloísa considera “mentirosos” dados sobre gasto com pessoal

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) voltou a rebater ontem os argumentos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que em nota apresentou dados justificando a impossibilidade de o governo atender às reivindicações dos servidores públicos federais em greve. Segundo disse, os números apresentados “são mentirosos e inverídicos”. A senadora fez apelo às lideranças do governo no Congresso para que intercedam junto ao ministro, convencendo-o de receber os servidores grevistas.

Heloísa Helena — que denominou seu pronunciamento de “Exterminador do Futuro III — Parte II” — contestou seis itens da nota divulgada pelo ministro do Planejamento, abordando desde o reajuste de 28,86%, decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1988, até a recente reabertura do Programa de Demissão Voluntária (PDV). Sobre o reajuste — que o governo alega ter decidido estender a todos os funcionários — a senadora disse que o governo federal, na verdade, não “decidiu” repassar o reajuste.

— O governo demorou muito a admitir uma derrota irreversível no STF. E, ao fazê-lo, utilizou-se de uma chicana jurídica para reduzir a aplicação do re-

ajuste de 28,86%, que aliás é mera reposição de perdas ocorridas antes de 1993, que haviam sido negadas quando Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda — afirmou a senadora.

Quanto à reabertura do PDV, Heloísa Helena salientou ser o programa mais uma demonstração da “obsessão do governo em demitir servidores em massa, estando em greve ou não”.

— A repressão à greve dos servidores públicos revela, mais uma vez, a intolerância do governo. O governo FHC deliberadamente nega o direito do servidor ao exercício do direito de greve, que ainda não está devidamente regulamentado, depois de 12 anos de vigência da Constituição — protestou a parlamentar.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou que o governo federal, com as seguidas investidas contra o funcionalismo público, está transformando os servidores em “cidadãos de segunda classe”. Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) argumentou que os problemas do funcionalismo público são uma herança do passado, “desde os tempos da ditadura, quando a máquina estatal inchou demais”.

# Jucá defende proibição do fumo para menores

Parlamentar cita estatísticas que demonstram os efeitos desastrosos do tabagismo, elogia esforço do governo federal para reverter a situação e apela por aprovação de projeto que impede a venda de cigarros a quem tem menos de 18 anos

Em pronunciamento feito para marcar o Dia Mundial sem Tabaco, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos.

O projeto proíbe também o fumo nas escolas e em locais destinados à reclusão de crianças. De acordo com Jucá, os jovens são o maior alvo da indústria de tabaco. O projeto de Jucá está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relator.

O senador apresentou dados indicando que o fumo é o causador da morte de 4 milhões de pessoas a cada ano, sendo que sete em cada dez mortes acontecem em países em desenvolvimento. "Pressionadas nos países desen-

volvidos a pagar indenizações milionárias, as indústrias de cigarros lançam mão de todos os recursos para aumentar as vendas nos países do Terceiro Mundo", afirmou. Por isso, destacou Jucá, a Organização Mundial da Saúde aconselha os governantes a adotarem políticas antitabagistas.

De acordo com o senador, o tabagismo é a principal causa de óbitos passíveis de prevenção nas Américas. Citando dados do diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Jacob Kligerman, ele disse que o tabagismo é associado a 25% das mortes por doenças coronarianas, a 30% das mortes por câncer em geral e a 90% das mortes causadas por câncer de pulmão.

Jucá elogiou a postura do governo de combater a indústria taba-

**O GRANDE VILÃO**  
Tabagismo é o maior causador de mortes no continente americano

4 milhões de pessoas morrem em todo o mundo a cada ano  
7 em cada 10 mortes ocorrem nos países em desenvolvimento

**O fumo é associado a:**  
25% das mortes por doenças coronarianas  
30% das mortes por câncer em geral  
90% das mortes de câncer no pulmão

**Bob, I've got cancer.**  
A indústria do tabaco gasta anualmente US\$ 6 bilhões com propaganda nos EUA, para convencer os jovens a fumarem

Fontes: Organização Mundial da Saúde (OMS) e Instituto Nacional do Câncer

gista no Brasil, partindo da premissa de que cigarro é droga e como tal deve ser combatido. O governo, informou o senador, enviaria on-

tem ao Congresso Nacional dois projetos de lei tratando do assunto: um propondo a proibição de propagandas de cigarro na mídia e

em eventos culturais e esportivos e outro criando um novo imposto a ser pago pelas fábricas de cigarros e bebidas alcoólicas.

## Senador apóia projeto que protege os acionistas minoritários



O senador Romero Jucá acredita que o projeto de lei do deputado Emerson Kapaz pode contribuir para aperfeiçoar o mercado de capitais no país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apoiou o projeto de lei do deputado Emerson Kapaz (PPS-SP) que propõe uma nova Lei das Sociedades Anônimas, em tramitação na Câmara dos Deputados. Jucá acha que é preciso aperfeiçoar o mercado de capitais e mudar a própria mentalidade dos empresários, além de se cri-

ar um sistema mais eficiente de proteção dos interesses do acionista minoritário.

Segundo o projeto de Kapaz, os proprietários de uma empresa por sociedade anônima, em caso de venda da empresa, são obrigados a remunerar os acionistas minoritários que tiverem ações ordinárias com, pelo menos, 80% do valor pago ao controlador, explicou o senador.

Para o presidente da Associação Nacional dos Investidores do Mercado de Capitais, Saul Sabbá, o peso do controlador na venda de empresas tem sido tradicionalmente maior do que o do minoritário. Pelo

projeto em tramitação, os acionistas minoritários poderiam assumir o controle do Conselho Fiscal, tendo assim maior representatividade, disse o senador.

Outra modificação prevista no projeto e elogiada pelo senador trata do processo de emissão de ações e prevê, para as novas empresas, uma proporção de 50% da emissão de ações preferenciais e 50% para as ações ordinárias.

Segundo o senador, os acionistas minoritários devem receber uma reparação legal pelas injustiças cometidas contra sua importância para o equilíbrio do mercado acionário. Para Romero

Jucá, a excessiva carga tributária das empresas acaba por inibir expressivas emissões de ações. Segundo estudos apresentados pelo senador, o empresariado paga 50% dos tributos do país.

— A base do moderno mercado de capitais se sustenta no pleno acesso à informação — disse o senador, alertando para a falta de transparência nas informações veiculadas nas bolsas de valores.

O senador mencionou ainda o enorme custo para lançar e negociar as ações, e saudou a Câmara dos Deputados pela busca de novas regras para regular de modo mais apropriado a matéria.

## Távola cobra mais qualidade em programação infantil na TV

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) conclamou governo, Congresso e sociedade a se unirem para que os programas infantis na televisão tenham mais qualidade, estimulando as crianças a cultivarem valores como o amor e a solidariedade. Segundo ele, não é possível continuar impassível diante de uma programação infantil que somente estimula a violência, o consumo e a sexualidade precoce.

Távola fez questão de afirmar que não advoga qualquer tipo de censura, mas observou que o governo, ou o Congresso, pode chamar os responsáveis pelas emissões

de televisão para conversar, lembrando-lhes que os canais são concessões do governo, e negociar horários infantis preferenciais em que a qualidade seja a tônica, como acontecia com programas como *Sítio do Pica-pau Amarelo* ou *Vila Sésamo*.

Ele lembrou que já tramitam no Congresso projetos que podem ajudar a vigilância das famílias sobre as crianças, como o que cria um mecanismo para barrar certos canais nos aparelhos de TV, quando os pais os julgarem inadequados. Ele reconheceu, porém, serem as crianças carentes as que mais

sofrem com a violência na TV porque os pais dispõem de menos tempo para dedicar à sua formação. "Infelizmente, esses pais também teriam menos possibilidade de exercer esse tipo de controle", disse.

Em apartes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL) também manifestaram preocupação com a atual programação infantil na TV e conclamaram os senadores a aprofundarem o debate da questão.



Artur da Távola prega a união entre o Congresso, o governo e a sociedade para melhorar a qualidade dos programas infantis

# Alcântara pede mais atenção à saúde da mulher

Para cada 100 mil bebês nascidos vivos no Brasil, segundo o senador, ocorrem 141 mortes maternas. O índice, 35 vezes maior do que o dos países desenvolvidos, se deve quase sempre à falta de programas de prevenção e pré-natal

Lúcio Alcântara lembrou que o número de mulheres com DST-Aids também tem aumentado



## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h – *Unip*: Paciente terminal  
 6h25 – *Senado em Pauta*  
 6h30 – *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e a dep. Telma de Souza falam sobre o câncer de próstata  
 6h25 – *Senado em Pauta*  
 7h30 – *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre desertificação  
 7h55 – *Senado em Pauta*  
 8h – *Jornal do Senado*  
 8h30 – *TV Escola* – Educação ambiental: erosão e desertificação  
 8h55 – *Senado em Pauta*  
 9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
 11h – Sessão Plenária (vivo)  
 14h30 – Sessão Plenária (representação)  
 18h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)  
 19h30 – *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e a dep. Telma de Souza falam sobre o câncer de próstata  
 20h30 – *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre desertificação  
 21h – *Jornal do Senado*  
 21h30 – Comissão de Infra-Estrutura (gravado)

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais (gravado) Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
 Em seguida – Música e informação  
 9h – Comissão de Assuntos Sociais  
 Em seguida – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
 11h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
 Em seguida – Música e informação  
 14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida – Música e informação  
 19h – *A Voz do Brasil*  
 Em seguida – Música e informação  
 20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*  
 Em seguida – Música e informação  
 21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*  
 Em seguida – Música e informação  
 21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*  
 Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou, em discurso, para a necessidade de o país melhorar o atendimento médico nos programas voltados para a saúde da mulher. Ele citou dados do Ministério da Saúde, segundo os quais a cada duas horas morre uma mulher devido a complicações na gravidez, parto e pós-parto. Disse ainda, baseado nesses dados, que o índice de mortalidade materna no Brasil é de 141 mortes para cada 100 mil bebês nascidos vivos.

– A tragédia arrasta atrás de si um drama amargo, qual seja, o de milhares de crianças, espalhadas por esse imenso Brasil, órfãs de mães, que morrem em decorrência do parto ou pós-parto. Nossa taxa de mortalidade materna é 35 vezes maior do que a dos países desenvolvidos – disse.

O discurso do senador foi feito em razão da comemoração do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e do Dia de Redução

da Mortalidade Materna, no último dia 28. Ele citou dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) que indicam a ocorrência de aproximadamente 500 mil mortes de mulheres por ano em todo o mundo devido a complicações ligadas à gravidez, parto e pós-parto. No Brasil, segundo o senador, 98% dessas mortes poderiam ser evitadas com programas de prevenção e pré-natal.

Os cânceres ginecológicos e de mama também foram citados por Alcântara. Em 1999, houve 6.900 mortes relacionadas ao câncer de colo de útero no Brasil. Segundo o senador, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) desenvolveu programas de rastreamento do câncer uterino e, até 1997, 40 mil mulheres já haviam sido atendidas.

Ele acrescentou que o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Prevenção do Câncer Uterino, em 1998, para realizar exames preventivos em 4 milhões de mulheres, na faixa etária

de 35 a 49 anos.

Conforme o senador, houve um aumento no número de mulheres com doenças sexualmente transmissíveis (DST). São, segundo ele, 4.119 casos de infecção pelo HIV, na proporção de uma mulher infectada pelo vírus da Aids para cada três homens.

Segundo dados da OMS e do IBGE, também citados pelo senador, cerca de 1 milhão de adolescentes tornam-se mães a cada ano. São mais de 707 mil partos na faixa etária de dez a 15 anos e mais de 53 mil abortos. Para Alcântara, as causas desses problemas que afetam as mulheres vão da falta de alimentação e de assistência médica até o excesso de trabalho.

– As mulheres representam 50,7% da população brasileira e 49,8% do eleitorado. São números expressivos. Mas muito mais expressivo é o reconhecimento que devemos ter dos direitos das mulheres à saúde – concluiu.

## Machado quer incrementar indústria da pesca no CE

A pesca perdeu nos últimos dez anos o posto de principal produto de exportação do Ceará, principalmente por causa do envelhecimento das embarcações e depredação do meio ambiente. A afirmação é do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), ao comentar as conclusões do I Seminário Cearense de Pesca, realizado em Fortaleza. O evento, segundo o senador, contou com a participação de técnicos e especialistas dos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, secretários de governo do estado do Ceará, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos de municípios pesqueiros, empresários e trabalhadores da pesca.

De acordo com dados apresentados no seminário, das 5.094 embarcações que compõem a frota cearense, 76% são movidas a vela ou a remo. “Como poderemos competir com esse nível tecnológico em plena sociedade do conhecimento?”, questionou o senador. Ele acrescentou que a atividade pesqueira do Ceará rendeu, no ano passado, apesar da frota precária, R\$ 50 milhões, “dos quais a metade devido à lagosta”. Mas, em 1991, comparou, o valor foi de R\$ 200 milhões. “Naquele



Machado defendeu a parceria entre estado e iniciativa privada para modernizar o setor

ano, o Ceará contava em sua frota com embarcações mais modernas, as quais, em boa parte, estão hoje pescando no litoral do Maranhão e do Pará”, disse.

– Que solução trazer para uma atividade econômica cuja cadeia produtiva oferece emprego direto a perto de 30 mil pessoas no Ceará? – perguntou o senador.

Segundo as propostas apresentadas no seminário, observou, a pesca cearense deve mudar sua matriz produtiva, eliminando os interesses corporativos na pesca da lagosta. Deve substituir sua frota pesqueira por embarcações mais modernas e utilizar a frota sucateada como refúgios e atrações artificiais, para melhorar a captura do peixe. Reanimar a economia da atividade pesquei-

ra como forma de descomprimir o esforço da pesca da lagosta foi também apresentada como uma opção para diminuir o impacto ambiental, “já que quase todas as embarcações pescam exclusivamente em águas rasas”, disse o senador.

Sérgio Machado concluiu seu pronunciamento dizendo que a ação do estado, como indutor, e da iniciativa privada, como empreendedora, podem, em parceria, mudar sem grande esforço financeiro a situação da atividade pesqueira no Ceará. “É crucial, no caso, um programa do governo com o setor privado que se preocupe não apenas com a infraestrutura, mas igualmente com a política de comercialização e o meio ambiente”, afirmou.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Thelma enfatiza potencial energético do Tocantins

Segundo a senadora, a construção de cinco hidrelétricas no estado produzirá 5 milhões de quilowatts de energia, afastando as ameaças de escassez no setor

Durante pronunciamento em Plenário, a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) enfatizou a importância que o potencial energético do rio Tocantins poderá ter para o desenvolvimento do Brasil. Segundo afirmou, o projeto de cinco novas hidrelétricas no rio produzirá mais 5 milhões de quilowatts ao sistema energético nacional, afastando ameaças de escassez no setor.

Thelma comentou a recente visita que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez ao Tocantins, para inaugurar a fase I da primeira dessas hidrelétricas, a Usina Luís Eduardo Magalhães, que gerará 850 mil quilowatts. “O presidente anunciou ainda a construção da linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão que permitirá a



Thelma também apelou para que tenha tramitação rápida a mensagem que cria a Universidade Federal do Tocantins

interligação dos sistemas elétricos brasileiros, levando o progresso ao Centro-Sul do país”, ressaltou.

O Tocantins, afirmou Thelma, por sua localização estratégica unindo as

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sente-se honrado em poder colaborar numa nova fase de desenvolvimento do país. As três regiões, disse, compreendem 150 milhões de hectares aptos para agricultura, 20% dos recursos hídricos do planeta e 30% de sua biodiversidade. “Queremos a coexistência pacífica da ocupação produtiva com a sustentabilidade ambiental”, afirmou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Thelma Siqueira Campos fez também apelo aos senadores para que seja garantida a tramitação rápida da mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso que cria a Universidade Federal do Tocantins, uma velha reivindicação do estado.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiou a reivindicação de Thelma, enfatizando a importância da criação da instituição de ensino, por ser o Tocantins o único estado a não ter ainda uma universidade federal.

# Leomar Quintanilha quer continuidade da construção da Ferrovia Norte-Sul

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou ontem a importância estratégica do estado do Tocantins para o desenvolvimento do país, pela sua posição geográfica, interligando as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e pela extensão de suas bacias fluviais. Quintanilha também manifestou preocupação pela continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul, que terá extensão de 2.200 quilômetros, entre Belém (PA) e Goiânia (GO), contando com dois ramais ferroviários. Segundo afirmou, a conclusão da Norte-Sul é prioridade.

– O projeto da Ferrovia Norte-Sul deixou de ser meramente regional para ganhar contorno nacional. Sua execução viabilizará a integração de todo o país, favorecerá o desenvolvimento do Brasil central e funcionará como ferrovia-ponte, ligando as já existentes, como a Estrada de Ferro Carajás, a Ferrovia Centro-Atlântica, a Bandeirantes e a Sul Atlân-



Quintanilha afirmou que a missão principal da ferrovia é a redução do Custo Brasil

tico. Sua missão principal é a redução do Custo Brasil – avaliou o senador.

Quintanilha ressaltou a viabilidade do projeto, ao lembrar que, ao contrário de sua primeira fase, quando foram empregados exclusivamente recursos públicos, neste segundo momento a construção da ferrovia, cuja concessão foi outorgada à empresa Valec Engenharia Construções e Ferrovias, contará com aportes da iniciativa privada.

– Estima-se um dispêndio de US\$ 1,6 bilhão, com previsão de término dentro de cinco anos. Desse total, o governo federal arcará com cerca de US\$ 180 milhões a US\$ 254 milhões, cabendo o restante à iniciativa privada – disse Leomar Quintanilha. Ele também apontou a sofisticação do sistema, e reafirmou a importância da Norte-Sul para o escoamento, a baixo custo, de produtos minerais, energéticos, agropecuários e industriais.

# Luzia Toledo deixa mandato para assumir secretaria de estado

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) despediu-se ontem do mandato no Senado, que deixará para assumir a secretaria de Turismo do Espírito Santo. Ela fora eleita segunda suplente do ex-senador e governador de seu estado, José Ignácio Ferreira. Sua saída abre a vaga ao primeiro suplente e ex-secretário estadual de Planejamento, Ricardo Santos. Vários senadores registraram a objetividade, serenidade e garra reveladas pela parlamentar nos 17 meses de exercício do mandato. Os aplausos do Plenário ao final do pronunciamento foram, para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, uma demonstração da admiração de todos os senadores.

Além de saudar o governador e Ricardo Santos, a senadora registrou seus agradecimentos aos colegas da bancada capixaba – senadores Gerson Camata (PMDB) e Paulo Hartung (PPS), além dos deputados federais –, ao líder de seu partido no Senado, Sérgio Machado (CE), ao presidente nacional do PSDB, senador Teotônio Vilela Filho (AL), e a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Luzia Toledo deu destaque especial à atuação da bancada feminina do Congresso Nacional e defendeu ações positivas que incentivem a participação das mulheres na vida política.

Presidente da seção capixaba da Associação Brasileira das Mulhe-

res de Carreira Jurídica, a senadora disse ter participado ativamente dos trabalhos parlamentares desenvolvidos no Plenário e nas comissões técnicas. Ela apresentou 57 projetos de lei e duas propostas de emenda constitucional. Entre os projetos, foi ressaltado o que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a quitação de prestações em atraso nos financiamentos habitacionais e para o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação.

Luzia referiu-se também ao projeto que redefine o conceito de terrenos de marinha, ao que estabelece incentivos fiscais para o turismo, ao que cria a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul e ao que assegura acesso gratuito dos idosos às salas de cinema.

Vários senadores apartearam Luzia Toledo para destacar suas qualidades e lhe desejar sucesso na vida pública: Ramez Tebet (PMDB-MS), Romeu Tuma (PFL-SP), Sérgio Machado, Heloísa Helena (PT-AL), Pedro Piva (PSDB-SP), Gerson Camata, Roberto Saturnino (PSBRJ), Thelma Siqueira Campos (PPB-TO), Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Djalma Bessa (PFL-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), José Fogaça (PMDB-RS), José Alencar (PMDB-MG), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Paulo Hartung.



## Bênção para o Senado

A senadora Luzia Toledo esteve há uma semana no Vaticano, onde foi pedir a bênção do papa para o Senado, seus integrantes e funcionários. Ontem, ao despedir-se do mandato, ela usava o mesmo vestido com que foi recebida por João Paulo II.